

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.642 - SP (2018/0340023-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : LUCAS DA CONCEICAO SOARES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos II e III, do Código Penal (roubo majorado), em concurso material (art. 69, do Código Penal) com o delito previsto no art. 244-B do ECA (corrupção de menores), às penas de 9 anos, 3 meses e 23 dias de reclusão, além do pagamento de 132 dias-multa, em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido pela Corte estadual, nos termos do acórdão assim ementado (fls. 375/376):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA. PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. CULPABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. GRAVE AMEAÇA. BIS IN IDEM. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. PRISÃO EM FLAGRANTE. MENORIDADE RELATIVA. SÚMULA 231 STJ. TRANSPORTE DE VALORES. NÃO INCIDÊNCIA. CONCURSO DE AGENTES. CAUSA DE AUMENTO APLICADA EM 1/3. PENA DE MULTA PROPORCIONAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. CRIME FORMAL. PENA BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. CONCURSO FORMAL. REGIME INICIAL SEMIABERTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. APELAÇÃO DEFENSIVA PARCIALMENTE PROVIDA.

1. A autoria e materialidade do delito de roubo restaram devidamente comprovadas.

2. Com relação à culpabilidade, verifico que não existem quaisquer elementos nos autos a inferir tratar-se de crime premeditado e não de um "dolo de ímpeto", como se refere o juízo sentenciante. De fato, o único elemento quanto a este ponto que apareceu durante a instrução probatória foi o interrogatório judicial do acusado que, ao contrário, indica que os perpetradores do delito não o planejaram com antecipação, mas apenas aproveitaram-se da oportunidade, uma vez que viram o veículo dos Correios passar. Indevida, portanto, a elevação da pena-base

quanto a este critério.

3. No que se refere às circunstâncias do crime, verifico que também assiste razão a defesa ao aduzir que a "grave ameaça" é elementar do tipo de roubo e, portanto, configuraria *bis in idem* sua consideração como fundamento para majoração da pena-base. O caso em concreto, apesar de obviamente ser grave e causar temor às vítimas, em nada se diferencia dos roubos normalmente praticados e abarcados pela tipificação padrão do delito.

4. O réu nasceu em 29.04.1998 (fl. 26) e cometeu o delito em 10.11.2016, quando possuía 18 anos, devida, portanto, a aplicação da atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 65, inciso I, do Código Penal.

5. Tanto em seu interrogatório judicial quanto perante a autoridade policial, o réu admitiu a acusação, confirmando ser um dos autores do delito de roubo ao veículo dos Correios, sendo devido o reconhecimento da referida atenuante genérica.

6. O fato de ter sido preso em flagrante não macula por si só a aplicação da atenuante da confissão espontânea, uma vez que, além de facilitar a apuração dos fatos, a assunção de responsabilidade pelo crime, por aquele que tem a seu favor o direito constitucional a não se auto incriminar, revela a consciência do descumprimento de uma norma social, de suas conseqüências e de um desejo de colaborar com a Justiça, devendo ser devidamente recompensada.

7. Apesar de reconhecidas as atenuantes na segunda fase de dosimetria da pena, estas, entretanto, não repercutem na pena cominada, nos termos da Súmula nº 231 do STJ.

8. Não incide a causa de aumento referente ao transporte de valores, uma vez que este não é o escopo dos Correios, uma empresa cuja atividade-fim é a entrega de correspondências e encomendas (e que, desta forma, difere daquelas que efetivamente transportam valores, usando, por exemplo, carros-fortes).

9. Devida a aplicação da causa de aumento relativa ao concurso de agentes. Como restou amplamente demonstrado, o delito foi perpetrado pelo acusado na companhia de outro comparsa. Tal causa de aumento deve ser aplicada na fração mínima de 1/3 (um terço).

10. Não há como fixar a pena de multa sem se levar em consideração seus limites mínimo e máximo com adoção de proporcionalidade em face da pena privativa de liberdade, atendendo, pois, aos preceitos constitucionais (da legalidade, da proporcionalidade e da individualidade) e legais (Exposição de Motivos da Reforma da Parte Geral do Código Penal a que foi citada anteriormente). No caso concreto, considerando que a pena definitiva foi fixada em 05 anos e 04 meses de reclusão, a pena de multa deve permanecer em 87 (oitenta e sete) dias-multa.

11. Para a caracterização do crime de corrupção de menores, por se tratar de crime formal, independe da efetiva realização do resultado, ou seja, da demonstração da efetiva corrupção do menor. Nesse sentido dispõe a Súmula nº 500, do STJ: "A configuração do crime

do artigo 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal".

12. A pena definitiva do delito de corrupção de menores permanece no mínimo legal.

Daí o presente recurso especial em que a defesa alega violação dos arts. 65, *caput*, I e III, "d", do Código Penal, 244-B do ECA e 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Aduz que o agravante preenche os requisitos para a aplicação da atenuante e a sua não incidência viola lei federal e usurpa direitos.

Afirma que para que se configure o crime de corrupção de menor, necessário que o agente venha a agir no sentido de corromper a moral do menor.

Por fim, requer a detração penal de 1 ano e 9 meses que o agravante esteve em prisão cautelar.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial pela incidência da Súmula n. 83/STJ. Contraminuta (fls. 442/450). O Ministério Público Federal opinou pelo desprovemento do agravo em recurso especial (fls. 460/471).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

A respeito da violação do art. 65, I e III, "d", do CP, incidente o verbete n. 231 da Súmula do STJ, pois a pena-base foi fixada no mínimo legal e o reconhecimento da atenuante não pode reduzir a pena estipulada na primeira fase a patamar aquém do mínimo legal. Cito precedente:

PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I E II, (POR DUAS VEZES), NA FORMA DO ART. 70, DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA MENORIDADE. SÚMULA N. 231 DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REGIME INICIAL FECHADO. PENA SUPERIOR A 4 E INFERIOR A 8 ANOS. ELEMENTO CONCRETO. ADEQUAÇÃO. WRIT CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, ORDEM DENEGADA.

1. A presente ação constitucional não se reveste do indispensável requisito formal, qual seja, o interesse de agir, no tocante ao pleito de reconhecimento da atenuante da menoridade relativa, tendo em vista a ausência de reflexo na dosimetria, eis que a pena-base, já fixada no mínimo legal, não pode ser reduzida aquém do referido patamar, diante da Súmula n. 231 desta Corte.

[...]

3. *Habeas corpus* conhecido em parte e, nessa extensão, ordem denegada (HC 388.357/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 30/05/2017).

No que tange à comprovação da corrupção de menor, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial representativo de controvérsia, REsp 1.127.954/DF, submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que *"para a configuração do crime de corrupção de menores, atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal"* (REsp 1.127.954/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 01/02/2012). Tema consolidado pelo Enunciado de n. 500 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. CORRUPÇÃO DE MENORES. ABSOLVIÇÃO. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL. VALIDADE. SÚMULA 500 DO STJ. CRIME FORMAL. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *"A certidão de nascimento não é o único documento válido para fins de comprovação da menoridade, sendo apto a demonstrá-la o documento firmado por agente público atestando a idade do inimputável, como a declaração perante a autoridade policial"* (AgInt no AREsp 852.726/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 09/06/2016).

2. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.127.954/DF, submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou entendimento no sentido de que *"para a configuração do crime de corrupção de menores, atual art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal"* (REsp 1.127.954/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 1º/2/2012). Tema consolidado na Súmula 500 do STJ.

3. Portanto, incide à presente hipótese a Súmula 83/STJ, in

verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." Frise-se que "esse óbice também se aplica ao recurso especial interposto com fulcro na alínea a do permissivo constitucional" (AgRg no AREsp 475.096/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016).

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 956.049/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 15/08/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B DO ECA. PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO DO INIMPUTÁVEL. DESNECESSIDADE. DELITO FORMAL. ORIENTAÇÃO FIRMADA NESTA CORTE EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). SÚMULA 500/STJ.

1. Para a configuração do crime de corrupção de menores - atual artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente -, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1127954/DF, DJe 01/02/2012, e do REsp n. 1112326/DF, DJe 08/02/2012, ambos julgados em 14/12/2011, de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, sob o rito do art. 543-C, c/c 3º do CPP, consolidou o entendimento no sentido de que não se faz necessária a prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal, cujo bem jurídico tutelado pela norma visa, sobretudo, a impedir que o maior imputável induza ou facilite a inserção ou a manutenção do menor na esfera criminal.

2. O tema está sedimentado, inclusive, na Súmula nº 500 do STJ, segundo a qual, a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1642271/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 17/03/2017).

Por fim, como consignado no v. aresto recorrido, a detração do tempo de prisão cautelar não repercutirá no regime prisional, pois conforme se observa, ainda que descontado o referido período de prisão cautelar da pena privativa de liberdade imposta, não haveria alteração do regime inicial fixado (semiaberto), considerando que a reprimenda final não alcançaria patamar inferior a 4 (quatro) anos.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

